

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.721 - AL (2019/0134102-3)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**AGRAVANTE : ALEPH DANILO DA SILVA SANTOS**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu o recurso especial com fundamento na Súmula 83/STJ.

Nas razões do especial, aponta a defesa violação do art. 14 da Lei 10.826/03, além dos arts. 158 e 175 do CPP.

Sustenta que a ausência de exame pericial acerca da potencialidade lesiva da arma de fogo enseja o reconhecimento da atipicidade da conduta imputada ao recorrente.

Apresentada a contraminuta, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo improvimento do recurso.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso é tempestivo e ataca os fundamentos da decisão agravada. Passo, portanto, à análise do mérito.

O recorrente foi condenado pela prática do delito previsto no art. 14 da Lei 10.826/03, às penas de 2 anos e 3 meses de reclusão e 10 dias-multa. O Tribunal de origem negou provimento à apelação defensiva.

Nas razões recursais, pretende a defesa, em síntese, a absolvição do recorrente, ao argumento de que não há prova da materialidade delitiva, ante a ausência imprescindível de perícia técnica para ser aferida a efetiva potencialidade lesiva da arma apreendida.

A divergência objeto do presente recurso diz respeito à necessidade de realização de exame pericial para a comprovação da lesividade da arma e, consequentemente, da tipicidade da conduta. Acerca da questão, manifestou-se o Tribunal *a quo* nos seguintes termos (fls. 252/253):

[...]

8 - Tais alegações merecem ser de pronto repelidas. **É que a conduta praticada pelo apelante se adequa ao que descreve o tipo penal constante no art. 14 da Lei 10.826/03, o qual não condiciona a conduta de porte de arma de fogo de uso permitido com a existência perigo concreto.**

9 - **Com efeito, o simples ato de ter portar a arma ou realizar quaisquer dos demais verbos ali constantes, já é suficiente para a consumação do delito, senão vejamos:**

Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

**10- Tratando-se de tipo alternativo, de perigo abstrato e de mera conduta, cuja norma tem por finalidade resguardar a segurança pública e a paz social, também não se faz necessária a comprovação da potencialidade lesiva do armamento ou munição apreendida, sendo, portanto, prescindível a realização de perícia para tal fim.**

11 - Outro não é o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, exemplificado no jugado a seguir transcrito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. POTENCIAL LESIVO. PERÍCIA. DESNECESSIDADE. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO A CRIME DE PERIGO ABSTRATO. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 568/STJ. CONTEXTO DA APREENSÃO DA ARMA DE FOGO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. RECURSO DESPROVIDO.

1. A 3ª Seção desta Corte Superior pacificou entendimento de que o porte ilegal de arma de fogo é crime de perigo abstrato, sendo prescindível a realização de laudo pericial para atestar a potencialidade lesiva do artefato apreendido (REsp 1005300/RS, Rei. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Rei. p/ Acórdão Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/2013, DJe 19/12/2013). Incidência da Súmula 568/STJ.

2. Com relação ao argumento de que a arma de fogo apreendida não se encontrava sob poder dos agravantes, cumpre admitir que o exame da tese defensiva demandaria o revolvimento de matéria fático-probatório, o que, em sede de recurso especial, constitui medida vedada pelo óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 1063140/SE, Rei. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 20/04/2017, DJe 28/04/2017)

Posto isso, afastada a necessidade de prova pericial, encontra-se plenamente demonstrada a materialidade do delito, sem que haja qualquer violação ao princípio do in dubio pro reo.

13 - Por todo o exposto, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da sentença vergastada em sua integralidade.

O acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência consolidada desta Corte no sentido de que o crime de posse ou porte não

autorizado de armas e munições constitui delito de perigo abstrato, de modo que se mostra irrelevante aferir sua lesividade por meio de exame pericial.

O legislador, ao criminalizar a posse e o porte de arma e munição, seja de uso permitido, restrito ou proibido, preocupou-se, essencialmente, com o risco que a posse ou o porte de armas de fogo ou de munições representa para bens jurídicos fundamentais, como a vida, o patrimônio, a integridade física, segurança e paz. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PORTE DE ARMA DE FOGO. CRIME DE MERA CONDUTA. PRESCINDIBILIDADE DE EXAME PERICIAL. PRECEDENTES DO STJ. PERÍCIA EFETIVADA QUE DEMONSTROU A TOTAL INEFICÁCIA DA ARMA. ATIPICIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE SUPERIOR. ABSOLVIÇÃO (ART. 386, III, DO CPP).

1. A **jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que, para a caracterização do delito previsto no art. 14 da Lei n. 10.826/2003, por ser de perigo abstrato e de mera conduta, e por colocar em risco a incolumidade pública, basta a prática de um dos núcleos do tipo penal, sendo desnecessária a realização de perícia** (AgRg no AgRg no AREsp n. 664.932/SC, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 10/2/2017).

2. Na hipótese, contudo, em que demonstrada por laudo pericial a total ineficácia da arma de fogo (inapta a disparar), como no caso dos autos, a jurisprudência desta Corte Superior tem orientado no sentido da atipicidade da conduta perpetrada, diante da ausência de afetação do bem jurídico incolumidade pública, tratando-se de crime impossível pela ineficácia absoluta do meio (REsp n. 1.451.397/MG, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 1º/10/2015).

3. Agravo regimental improvido (AgRg no AgInt no AREsp 923.594/ES, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 08/06/2017).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. POTENCIAL LESIVO. PERÍCIA. DESNECESSIDADE. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO A CRIME DE PERIGO ABSTRATO. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 568/STJ. CONTEXTO DA APREENSÃO DA ARMA DE FOGO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. RECURSO DESPROVIDO.

1. A **3ª Seção desta Corte Superior pacificou entendimento de que o porte ilegal de arma de fogo é crime de perigo abstrato, sendo prescindível a realização de laudo pericial para atestar a potencialidade lesiva do artefato apreendido** (EResp 1005300/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Rel. p/ Acórdão Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/2013, DJe 19/12/2013). Incidência da Súmula 568/STJ.

2. Com relação ao argumento de que a arma de fogo apreendida não se encontrava sob poder dos agravantes, cumpre admitir que o exame da tese defensiva demandaria o revolvimento de matéria fático-probatório, o que, em sede de recurso especial, constitui medida vedada pelo óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 1063140/SE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 20/04/2017, DJe 28/04/2017).

Estando, portanto, o acórdão recorrido em consonância com o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, incide a Súmula 83/STJ, a obstar o processamento do recurso especial, inclusive o interposto com base no art. 105, III, "a", da Constituição Federal.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator